



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

PROC. Nº 15891 / 2021

DATA 22 / 04 / 2021

SEMAD - PROTOCOLO GERAL

**EXMO (A). SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

Ref.: Concorrência Pública nº 001/2021.

Processo nº 40.191/2020

A empresa **De Sá Construções e Serviços Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 056.997.637-59, com sede à Av. pastor Martin Luther king Junior, 126 – Torre 1000 Sala 1318 – Cep. 207650-000, e-mail: desa.servicos@gmail.com, vem, com fundamento no item 12.21 do edital e no art. 41 § 2 da Lei 8.666/93, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** em face da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, situada na Rua Feliciano Sodré, n.º 100, Centro – São Gonçalo – RJ, Tel: (21) 2199-6382 e 2199-6442 , pelas razões e fundamentos a seguir.

I – BREVE RESUMO.

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo está promovendo uma licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2021 que tem por objeto a ***“contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos coletados no Município de São Gonçalo.”*** A presente concorrência ocorrerá no dia 27/04/2021 às 10:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação localizada na Rua Rua Feliciano Sodré, n.º 100, Centro – São Gonçalo – RJ, do tipo menor preço global.

Av. Pastor Martin Luther King Junior, 126 – Torre 1000 Sala 1318 – Del Castilho
Rio de Janeiro – Cep. 20765-000
Contato: 21 3923-5276



A empresa Impugnante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital e ao analisa-lo, foram verificadas algumas irregularidades.

Como serão demonstradas a seguir, tais exigências, além de ilegais, configuram-se excessivamente restritas e obscuras, ferindo o caráter competitivo do certame.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS.

Trata-se de impugnação legalmente fundamentada no artigo 41, § 2º da Lei Federal 8.666/93 e no item 12.21 do edital onde nos transmite que:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12.21. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até



o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação

De acordo com o artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei Federal 8.666/93, é vedado aos agentes públicos:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”

Primeiramente, o edital não trouxe de forma clara o objeto dos serviços que serão prestados junto ao Município, vejamos:



2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente processo licitatório a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, conforme especificações constantes do PROJETO BÁSICO (ANEXO I).

O art. 40, I da Lei 8.666/93, diz que o objeto licitatório deverá ser de forma sucinta e clara:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

Os serviços objeto da licitação compreendem: coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares; coleta e transporte de entulho; Coleta de resíduos sólidos domiciliares em áreas de difícil acesso e/ou aglomerados subnormais (favelas e similares); e coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde da rede pública municipal. Assim, tendo em vista os serviços a serem executados na presente concorrência, o objeto constante no edital deverá mencionar todos os serviços praticados.



Já o item 7.2 do edital traz algumas vedações de participantes na licitação. A alínea "b" do presente instrumento convocatório veda a participação de empresas em recuperação judicial, vejamos:

7.2. Não poderão participar da presente Licitação empresas que:

(...)

b) encontrem-se em processo de concordata ou falência ou **recuperação judicial**;

Ocorre que não é critério de vedação de participação, a licitante que possua anotação de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, basta que a licitante comprove que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

9.5.2.4
Para reforçar tal entendimento, o item 9.2.5.4 do edital aceita a participação de empresa em recuperação judicial, conforme exposto acima, vejamos:

9.2.2.4. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.



Dessa forma, o item 7.2, alínea "b" do edital deverá ser retificado a fim de permitir a participação de empresas em recuperação judicial com as devidas exigências cumpridas nessas condições.

Outra questão a ser analisada é em relação à visita técnica. O edital estabelece o prazo de 10 (dez) dias úteis anteriores a data do certame para a realização da visita, vejamos:

9.4.11. **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo definido no ANEXO V, fornecido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, comprovando que o representante da empresa visitou o local dos serviços **até o 10º (décimo) dia útil** anterior à data marcada para licitação, e que tomou conhecimento das informações e condições locais necessários ao atendimento do objeto da licitação.

O prazo em questão deverá ser modificado, permitindo que as empresas que desejam realizar a visita técnica possam realiza-la até o último dia útil anterior a data marcada para realização do certame, conforme a Egrégia Corte de Contas estabelece na Súmula TCE-RJ n.º 01/2018.

A Relatora Marianna M. Willeman deixa claro em seu relatório que a visita técnica não deve ser limitada a dias pré-fixados, vejamos:

Permito-me expor o entendimento já reiteradamente aprovado pelo Plenário desta Corte, no sentido de que (i) a participação na realização da visita não é uma imposição aos licitantes, mas



uma faculdade, por se tratar de um direito subjetivo da empresa licitante; (ii) **não deve estar limitada a dias pré-fixados, de modo a não depreciar o caráter competitivo do certame;** (iii) caso o licitante deseje realizar a visita técnica, esta deve ser disponibilizada a qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante; e (iv) a visita poderá ser substituída por declaração do licitante de que tem conhecimento pleno do objeto, com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços

O princípio constitucional da isonomia, além da igualdade entre licitantes preconizada no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, proscribe previsões no instrumento convocatório que representem distinção entre os participantes (excetuados os casos expressamente estabelecidos na Constituição ou na lei) ou limitação à participação desses no certame. No caso, a exigência de visita técnica pode mesmo inviabilizá-la, por oneração excessiva a participantes situados em outras localidades.

Sendo assim, o edital merece ser suspenso ou adiado para se adequar a legislação e procedimentos legais.

III - DO PEDIDO:



Diante de todo o exposto requer:

a) Seja deferida a presente IMPUGNAÇÃO a fim de suspender/adiar o processo licitatório relativo ao edital de Concorrência Pública N.º 001/2021, processo administrativo n.º 40.191/2020, designado para o dia 27/04/2021 às 10:00h, até o julgamento final da presente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 2021.

Farly Souza da Silva

Farly Souza da Silva



**XALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 06 DA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA DE
SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular, **FARLY SOUZA DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº. 05924239939 - DETRAN/RJ e CPF nº. 105.301.137-75, residente e domiciliado na Rua Doutor Albert Sabin, S/N - Bl. D - Casa 28 - Lt. 13 - Campo Alegre - Cep.: 26.292-334 - Nova Iguaçu - RJ e **CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA**, brasileira, empresária, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº. 03125304998, expedida pelo DETRAN/RJ e CPF nº. 014.796.077-03, residente e domiciliada na Rua Capistrano de Abreu, 207 - Vila Nova - Cep.: 26.225-510 - Nova Iguaçu - RJ, únicos sócios da Sociedade Simples Limitada **DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, com sede na Rua da Quitanda, 49 - Sala 206 - Cep.: 20.011-030 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro sob o nº. 254433 na data de 11/10/2004 e seu último ato registrado em 09/07/2019, inscrita no CNPJ sob o nº 07.028.841/0001-56, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito elaborar sua **SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**:

CLAUSULA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Neste ato, resolvem os sócios alterar o endereço da sede, passando da Rua da Quitanda, 49 - Sala 206 - Centro - Cep.: 20.011-030 - Rio de Janeiro - RJ, para a **Avn.: Pastor Martin Luther King Jr, nº 126 - Blo. 9 - Sala 1318 Tor. 1 - Cep.: 20.765-000 - Del Castilho - RJ.**

CLÁUSULA SEGUNDA - EXCLUSÃO DE ATIVIDADE

Neste ato, resolvem os sócios excluir do objeto social a atividade **LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, DE PESSOAL, TEMPORÁRIA.**

À vista da modificação ora ajustada consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade girará sob o nome empresarial de DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, podendo usar o nome fantasia DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede na Avn.: Pastor Martin Luther King Jr, nº 126 - Blo. 9 - Sala 1318 Tor. 1 - Cep.: 20.765-000 - Del Castilho - RJ.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade terá por objetivo social as atividades de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA CIVIL, CONSULTIVA, AMBIENTAL E REFORMA EM GERAL, SERVIÇOS DE PROJETOS DE PROJETOS DE MEIO AMBIENTE, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS (CNAE 7112-0/00; SERVIÇOS DE PROJETOS DE ARQUITETURA, SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E REFORMA



PREDIAL EM GERAL, DE ÁREAS VERDES, DE JARDINAGEM, INCLUINDO PROJETOS, DESENVOLVIMENTO DE PAISAGISMO (CNAE 7111-1/00); SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS, AMPLIAÇÃO, EDIFICAÇÃO E OUTRAS BENFEITORIAS AGREGADAS AO SOLO E SUBSOLO E OUTRAS ESTRUTURAS (CNAE 4311-8/01); SERVIÇOS DE MONITORAMENTO AMBIENTAL (CNAE 7120-1/00); SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (CNAE 7119-7/04); PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO EM GERAL, INCLUSIVE DE FACHADAS, PARQUES E JARDINS (CNAE 8121-4/00); ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM OPERADOR (CNAE 0161-0/99); SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS (CNAE 4211-1/01); OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS (CNAE 4312-8/00); PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS (CNAE 4211-1/02); OBRAS DE ALVENARIA (CNAE 4399-1/03); ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR (CNAE 7732-2/01); CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO; CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE EDIFÍCIOS (CNAE 4120-4/00); FABRICAÇÃO DE CASAS PRÉ MOLDADAS DE CONCRETO (CNAE 2330-3/04); MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS (CNAE 4329-1/04); LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR (CNAE 7711-0/00); SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA (CNAE 4923-0/02); ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS (CNAE 5223-1/00); SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PORTARIA E OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS PARA DAR APOIO À ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS (CNAE 8111-7/00); ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA (CNAE 8011-1/01); SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO (CNAE 8211-3/00) ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE 7733-1/00); ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (CNAE 8129-0/00); FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS (CNAE 5620-1/01); SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO (CNAE 8800-6/00)

CLÁUSULA QUARTA – A Sociedade iniciou suas atividades em 11/10/2004 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – Além dos casos de extinção obrigatória, a sociedade se dissolverá por deliberação dos sócios por $\frac{3}{4}$ do capital e neste caso, será feita liquidação pela forma prevista na legislação pertinente, devendo o seu acervo ser apurado e partilhado entre os sócios, na proporção de suas cotas de Capital Social.



CLÁUSULA SEXTA – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar o sócio remanescente, por carta registrada ou protocolada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ao qual fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas ofertadas, podendo decidir pela dissolução da sociedade, ou concordar com a venda das quotas do sócio retirante a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 150.000 (Cento e cinquenta mil) cotas de valor nominal de R\$ 10,00 (Dez reais) cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente do País, da seguinte forma:

SÓCIO	Nº. DE COTAS	CAPITAL EM RS	PARTICIPAÇÃO
FARLY SOUZA DA SILVA	120.000	1.200.000,00	80%
CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA	30.000	300.000,00	20%
TOTAL	150.000	1.500.000,00	100%

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA OITAVA – Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA – Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – Somente a sócio administrador poderá retirar mensalmente uma importância a título de *pro-labore*, que será levado à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A administração da sociedade caberá ao sócio **FARLY SOUZA DA SILVA**, com, os poderes e atribuições para assinar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

AAA 17655114



22 ABR 2021 15:39:11

RCPJ-RJ 28/01/2020-50
EDFJ44771DKP
fl.: 4/6

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O Administrador será obrigado a prestar contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado o uso do nome empresarial, pelo Administrador, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em qualquer época, por deliberação dos sócios, a sociedade poderá nos casos previstos em lei e neste contrato, aumentar o seu capital, mudar o endereço da sede da sociedade, sempre respeitando a proporção das quotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - Os sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

4

AAA 17655115

Scanned by CamScanner



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122962605203718868929-4
Data: 26/05/2020 17:53:50
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB60465-R8JK;



CNPJ: 06.870-5

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



22 ABR 2021 - 15 89 1

RCPJ-RJ 28/01/2020-50
EDFJ44771DKP
fl.: 5/6

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – Os casos omissos neste instrumento serão regidos pela legislação que rege as Sociedades Limitadas e supletivamente pelas normas das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA DÉCIMA NOME - Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados assinam presente instrumento em 02 (duas) vias.

Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 2019.

Farly Souza da Silva
FARLY SOUZA DA SILVA
Sócio

Conceição de Maria Ferreira
CONCEIÇÃO DE MARIA FERREIRA
Sócia

TESTEMUNHAS

José Luiz de Moraes
JOSÉ LUIZ DE MORAIS
070330/O-3/CRC/RJ

Darci S. Policarpo
DARCI S. POLICARPO
09.790.507-9 Detran/RJ

AAA 17655116

5

Scanned by CamScanner



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 122962605203718868929-5
Data: 26/05/2020 17:53:50
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB60466-G9FK;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Váber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
TJPB



RCPJ-RJ 28/01/2020-50
EDFJ44771DKP
fl.: 6/6

Associação dos Registradores e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

Cartório do 1º Ofício de Mesquita - RJ
Rua Prefeito José Moraes Pádua, 1957 - Centro - Mesquita/RJ - Tel.: (21) 3765-0034
CNPJ: 07.010.308/0001-00 - TABELIÃO: CLÁUDIO DE FREITAS F. ALMEIDA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de FARLY SOUZA DA SILVA - EDGB08802-JGH, CONCEICAO DE MARIA FERREIRA - EDGB08803-CHQ, e dou fe.
Mesquita-RJ, 01 de novembro de 2019.
MIRIAM DAMPAIO MARTINS -
Substituta
Cid 2-Emolumentos: R\$ 11,22 Taxas: R\$ 4,58 Total R\$ 15,80
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

153346AA327081

Cartório de Mesquita - RJ

Rua Prefeito José Moraes Pádua, 1957 - Centro - Mesquita/RJ - Tel.: (21) 3765-0034

Miriam Dampaio Martins

SUBS. TUTA
CGURJ 94-15538

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO

Matr. 254433
202001241306434 28/01/2020
Emol 460,60 Tributo: 158,60 Reemb.: 8,94
Selo: EDFJ 44771 DKP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcpj.com.br ou pelo QRCode ao lado

Almir F. da Silva
Mat. 254433



AAA 17655117

